

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Asset Management de Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores Independentes.

Eventos Societários
Em 4 de dezembro de 2017, a Santander Brasil Asset Management DTVM S.A. (SAM), em conjunto com a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., o Banco Santander (Brasil) S.A. e a Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., celebraram com o grupo J.P. Morgan no Brasil um acordo de colaboração no Brasil. Nos termos do documento, a SAM passará a gerir os fundos locais do J.P. Morgan Asset Management (JPAM), que realizará, mediante aprovação prévia dos investidores, nos termos da regulamentação vigente, a transferência dos recursos administrados. O Grupo Santander, por sua vez, fará a distribuição no Brasil de fundos offshore geridos pelo JPAM, de forma a complementar sua oferta internacional no País.

As partes se comprometeram a atuar em conjunto para obter as aprovações necessárias dos investidores para a transferência da gestão local de fundos do JPAM para a SAM e o lançamento dos fundos offshore selecionados do JPAM. O acordo não prevê transferência de participação acionária entre o Grupo Santander e o J.P. Morgan, e tampouco associação ou joint venture entre as partes.

No exercício de 2017, foram assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$27.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$146 milhões (31/12/2016 - R\$144 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2017 foi de R\$2,7 milhões (31/12/2016 - R\$5,1 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais atingiram R\$235 milhões (31/12/2016 - R\$224 milhões). Desse montante, destacamos, R\$109 milhões (31/12/2016 - R\$107 milhões) são representados por Outros Créditos Diversos - Devedores por Depósitos em Garantia.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de Outras Obrigações Diversas - Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Ações Cíveis foi de R\$78 milhões (31/12/2016 - R\$72 milhões).

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 12 de março de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		21.919	17.657	Passivo Circulante		11.518	12.993
Disponibilidades	4&12.e	46	216	Outras Obrigações		11.518	12.993
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.e	16.720	11.862	Sociais e Estatutárias		27	52
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		16.720	11.862	Fiscais e Previdenciárias	8	1.658	215
Outros Créditos	5.133	5.133	5.133	Diversas	9	9.833	12.726
Rendas a Receber	5	1.757	1.110	Passivo Exigível a Longo Prazo		77.499	67.763
Créditos Tributários	6	3.356	4.423	Outras Obrigações		77.499	67.763
Diversos	7	20	34	Diversas	9	77.499	67.763
Outros Valores e Bens		20	12	Patrimônio Líquido	11	146.405	143.742
Despesas Antecipadas		20	12	Capital Social:			
Ativo Realizável a Longo Prazo		213.502	206.840	De Domiciliados no País		105.264	105.264
Outros Créditos		213.502	206.840	Reservas de Lucros		41.141	38.447
Créditos Tributários	6	15.705	13.464	Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(2)	Total do Passivo		235.422	224.498
Diversos	7	197.797	193.378				
Permanente		1	1				
Investimentos		1	1				
Outros Investimentos		106	106				
(Provisões para Perdas)		(105)	(105)				
Total do Ativo		235.422	224.498				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
	105.264	21.053	12.288			138.605
Saldos em 31 de Dezembro de 2015						
Plano de Benefício a Funcionário				31	-	31
Lucro Líquido					5.158	5.158
Destinações:						
Dividendos	11.b	-	-	-	(52)	(52)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	2.553	-	(2.553)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	2.553	-	(2.553)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	105.264	21.053	17.394	31	-	143.742
Mutação do Exercício						
Plano de Benefício a Funcionário				31	-	5.137
Lucro Líquido				(31)	2.721	2.721
Destinações:						
Dividendos	11.b	-	-	-	(27)	(27)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	1.347	-	(1.347)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	1.347	-	(1.347)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	105.264	21.053	20.088	19	-	146.405
Mutação do Exercício						
Plano de Benefício a Funcionário				19	-	145.586
Lucro Líquido				(19)	865	865
Destinações:						
Dividendos	11.b	-	-	-	(27)	(27)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	419	-	(419)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	419	-	(419)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	105.264	21.053	20.088	19	-	146.405
Mutação do Semestre						
			838	(19)	-	819

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Asset), subsidiária integral da SAM Brasil Participações S.A., tem como principais atividades: (i) Subscriver, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para venda; (ii) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; (iii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; e (iv) realizar a administração de recursos de terceiros, por meio de fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras de títulos e valores mobiliários, ou de outros instrumentos legais permitidos pela legislação, sendo que a realização de suas atividades observam todas as normatizações e as regulamentações aplicáveis emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Asset foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na reunião realizada em 12 de março de 2018.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Asset.

b) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, auferidos ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, auferidos ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

g.1) Outros Investimentos
Os outros investimentos são avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes
A Santander Asset é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertencentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (nota 10.a).

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Asset, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impletar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente.

Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impletradas.

i) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Asset de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus dependentes diretos.

Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Asset como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na data do balanço de resultado.

Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 19. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Santander Asset aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições
O valor presente de uma obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer outros pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício corrente.

O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas de pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovada pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o exercício subsequente.

j) Remuneração Baseada em Ações

Liquidação em Ação

São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

Liquidação em Dinheiro

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

n) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

o) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2017 foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos representados por disponibilidades no montante de R\$46 (31/12/2016 - R\$216).

5. Outros Créditos - Rendas a Receber

	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Gestão de Fundos a Receber	1.344	917
Rendas na Distribuição de Cotas de Fundos de Investimentos	380	118
Outras (Nota 12.e)	33	75
Total	1.757	1.110
Circulante	1.757	1.110

6. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	12.505	2.097	(1.011)	13.591
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2	192	(12)	182
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	741	503	(83)	1.161
Provisão para Despesas de Pessoal	2.531	2.169	(2.560)	2.140
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	2.108	-	(121)	1.987
Saldo dos Créditos Tributários Circulante	17.887	4.961	(3.787)	19.061
Saldo dos Créditos Tributários Longo Prazo	13.464	-	-	13.464

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.202	2.623	(1.320)	12.505
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3	1	(2)	2
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.036	120	(415)	741
Provisão para Despesas de Pessoal	112	2.531	(112)	2.531
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	3.003	-	(895)	2.108
Total dos Créditos Tributários Circulante	15.356	5.275	(2.744)	17.887
Saldo dos Créditos Tributários Longo Prazo	3.115	-	-	3.115

⁽¹⁾ Inclui provisões para despesas administrativas.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	31/12/2017		
	IRPJ	CSLL	Total
2018	1.937	1.419	3.356
2019	1.971	1.419	3.390
2020	569	581	1.150
2021	5.012	2.933	7.945
2022	2.032	1.188	3.220
Total	11.521	7.540	19.061

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$15.699 (31/12/2016 - R\$15.896), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os exercícios correspondentes.

7. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	88.590	86.551
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	104.341	102.235
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	27	31
Para Interposição de Recursos Cíveis	4.789	4.511
Outros	70	84
Total		

Santander Brasil Asset Management

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2017
Remuneração Fixa	1.685
Remuneração Variável	4.266
Outras	389
Total Benefícios de Curto Prazo ⁽¹⁾	6.340

⁽¹⁾ No exercício de 2016, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria. Adicionalmente, no exercício de 2017, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$569.

d) Participação Acionária

A Santander Asset é controlada pela SAM Brasil Participações S.A. que possui participação acionária direta de 12.493.834 mil ações, equivalentes a 100% do capital social.

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	01/01 a 31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	46	216	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A.				
(Banco Santander) (Nota 4) ⁽¹⁾	46	216	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽⁴⁾	16.720	11.862	1.263	1.760
Banco Santander ⁽¹⁾	16.720	11.862	1.263	1.760
Rendas a Receber	33	75	23	866
Santander Capitalização S.A.	-	-	-	817
Santander Asset Management Luxembourg, S.A. (Nota 5)	33	75	23	49
Dividendos a Pagar	27	52	-	-
SAM Brasil Participações S.A.	27	52	-	-
Valores a Pagar à Sociedades Ligadas (Nota 9)	(329)	(190)	(2.607)	(3.756)
Banco Santander ⁽¹⁾	(204)	(67)	(1.610)	(2.759)
SAM Investment Holdings Limited ⁽²⁾	(42)	(40)	(42)	(40)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽³⁾	(83)	(83)	(997)	(997)

⁽¹⁾ Controlado pelo Banco Santander Espanha.⁽²⁾ Controlador - A Santander Asset é controlada indiretamente pela da SAM Investment Holdings Limited através da SAM Brasil Participações.⁽³⁾ Controlada pela SAM Investment Holdings Limited⁽⁴⁾ Em 31 de dezembro de 2017, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses no valor de R\$3.851 (31/12/2016 - R\$2.777) e de 3 a 12 meses no valor de R\$12.869 (31/12/2016 - R\$9.085).

13. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas de Gestão de Fundos de Investimentos	11.486	5.102
Receita de Taxa de Performance	100	41
Receitas de Distribuição de Cotas	4.783	5.961
Total	16.369	11.104

14. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Proventos	2.124	3.674
Previdência Social	475	644
Benefícios	350	100
Encargos Sociais	163	280
Outras	202	131
Total	3.314	4.829

15. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	199	191
Contribuição Entidades Associadas	241	246
Publicações	84	123
Outras	49	31
Total	573	591

16. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Reversão de Provisões Operacionais		
Fiscais	-	1.914
Trabalhistas (Nota 10.c)	-	131
Cíveis (Nota 10.c)	-	2
Outras	1.720	180
Atualização de Depósitos Judiciais	5.391	6.869
Atualização de Impostos a Compensar	2.789	3.939
Recuperação de Encargos e Despesas	-	18
Outras	5	202
Total	9.905	13.255

17. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Provisões Operacionais		
Fiscais	2.175	-
Trabalhistas (Nota 10.c)	1.034	-
Cíveis (Nota 10.c)	446	-
Variação Monetária Passiva	162	306
Atualização Monetária	5.219	5.474
Despesas com Perdas Diversas	-	58
Despesas com Serviços Corporativos (Nota 12.e)	997	997
Despesas com Rebate de Distribuição Fundos (Nota 12.e)	1.610	2.759
Despesa com Comissão	-	20
Despesa com Processo Trabalhista	-	193
Outras	168	698
Total	11.811	10.505

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	9.820	8.520
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(5.423)	(5.625)
Resultado antes dos Impostos	4.397	2.895
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% Respectivamente	(1.979)	(1.303)
Despesas Indevidáveis Liquidadas de Receitas não Tributáveis	2.236	2.620
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽²⁾	(1.769)	(234)
Demais Ajustes ⁽³⁾	(164)	1.180
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.676)	2.263

⁽¹⁾ A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.⁽²⁾ Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.1).⁽³⁾ Refere-se a Incentivo Fiscal PAT, Adicional de IRPJ 10%, ILP, Reversão de provisão operacional fiscal e Ajuste Crédito Tributário de exercício anterior.

19. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado no exercício de 2017 relativo a SantanderPrevi foi de R\$128 (31/12/2016 - R\$75).

b) Remuneração com Base em Ações

A Santander Asset possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. Nos exercícios de 2017 e 2016, não houve despesas "pro rata" dia registradas para o Programa Global, pois não houve participantes elegíveis ao programa no período. Para o Programa Local, houve despesas no montante de R\$77 (31/12/2016 - despesas R\$51) indexado a 100% do CDI, pago de forma diferida e 100% em dinheiro e R\$14 (31/12/2016 - R\$943) para Bônus Referenciado em Ações e pagos 100% em units e foi registrado despesas com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$9 (31/12/2016 - despesas R\$73) como despesas de pessoal. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida de outras obrigações.

20. Outras Informações

a) Em 31 de dezembro de 2017, o valor total do patrimônio líquido dos fundos de investimentos sob gestão é de R\$5.322.828 (31/12/2016 - R\$3.996.432).

b) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Asset aderiu ao Comitê de Auditoria Único, do Banco Santander. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Miguel Gomes Ferreira

Diretores Executivos

Jorge Eduardo Kattar

Murilo Robotton Filho

Daniel dos Santos Nascimento

Ricardo Fuscaldi de Figueiredo Baptista

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da Santander Brasil Asset Management

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 01 1609/O-8

Luiz Carlos Oseleri Filho

Contador

CRC nº 1 SP 234751/O-6